

Turismo de Base Comunitária: Tecendo considerações

MARIANA CAVALCANTI FALCAO DE ALBUQUERQUE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)
marianafalcao.ufpe@gmail.com

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: TECENDO CONSIDERAÇÕES

Introdução

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é comumente descrito como um modo de desenvolvimento do turismo no qual a comunidade exerce um papel fundamental na oferta turística. Nesse sentido, é recorrente o entendimento do TBC como um meio para empoderar comunidades tradicionais promovendo o protagonismo comunitário necessário à consolidação dessas experiências.

No entanto, é comum que alguns estudos sobre o TBC se dediquem mais em demonstrar resultados, benefícios, desafios e fatores que contribuem para a alta taxa de mortalidade das experiências de TBC (GOODWIN; SANTILLI, 2009; BURSZTYN, 2012; ZAPATA et al. 2011; UERJ, 2011; MIELKE; PEGAS, 2013) do que em problematizar como o TBC pode ser usado como elemento de um discurso funcionalista que ao prescrever o passo a passo de uma metodologia, negligencia as reais estruturas de poder impostas às comunidades em seus territórios (BLACKSTOCK, 2005).

No entanto, um olhar mais atento aos estudos acadêmicos sobre o TBC aponta abordagens distintas no tocante à compreensão do mesmo, pois, se por um lado, ele é entendido e disseminado como uma estratégia necessária para a manutenção de comunidades em seus territórios, pois, favorece a dinamicidade econômica e empreendedorismo social, por outro, questiona-se em que sentido o TBC pode promover a autonomia comunitária de modo que as próprias comunidades sejam capazes de avaliar e promover uma atividade turística que, além de condizente com sua realidade, seja também desejada por elas.

Esse olhar sobre o TBC é relevante uma vez que, sem ele, corre-se o risco de produzir estudos que não considerem contextos e peculiaridades comunitárias, bem como o desenvolvimento de políticas que induzam a atividade de maneira hierárquica e padronizada, além disso, quando o foco dos estudos passa a ser como desenvolver experiências de TBC e quais os principais benefícios que se esperam destas, corre-se o risco de disseminar um conceito que mais parece uma panaceia para as comunidades que se mantêm à margem do desenvolvimento econômico hegemônico.

É entendendo a necessidade de ampliar o olhar acerca do TBC e não negligenciar a importância desse debate que esse estudo foi realizado. O principal objetivo é discutir as principais abordagens dos estudos sobre TBC, partir de uma revisão da literatura. Tal compreensão enriquece a análise de experiências de turismo de base comunitária e seus diferentes resultados em relação às realidades que estão atreladas.

Aspectos conceituais do TBC

A definição do que vem a ser o turismo de base comunitária perpassa questões conceituais distantes de apresentarem um consenso, sobretudo por causa da diversidade de olhares, experiências e diferentes contextos a que estão submetidos seus pesquisadores. Esta diversidade se dá principalmente pela interdisciplinaridade do fenômeno turístico, posto que muitas áreas de conhecimento como sociologia, economia, geografia, antropologia, administração etc. se apropriam do turismo como objeto de análise (PANOSSO NETO, 2011). No TBC, essa evidência sobressalta-se devido ao fato das experiências de turismo de base comunitária se localizarem em lugares diversos, como periferias dos centros urbanos, comunidades rurais, comunidades tradicionais presentes em áreas de conservação ambiental, comunidades indígenas etc.

Ao considerar essa diversidade percebe-se diferentes vertentes de compreensão acerca do que vem a ser o TBC, por exemplo, para Mielke e Pegas (2013) o TBC é considerado uma metodologia de desenvolvimento da atividade turística que para ser viável deve cumprir determinados parâmetros metodológicos de implementação, tais como: (1) elaboração de um

plano de negócios participativo; (2) diagnóstico para o desenvolvimento turístico; (3) elaboração de oficinas de trabalho e programa de capacitação; (4) criação de dinâmicas de cooperação e sinergia entre os atores sociais; (5) identificação das lideranças no processo de organização comunitária; (6) modos de organização institucional como as cooperativas e associações; e (7) a gestão associativista junto ao trabalho dos núcleos e comitês comunitários locais (MIELKE, 2009; MIELKE; PEGAS, 2013).

Tal compreensão enfatiza o processo, o pragmatismo da ação, principalmente no estágio de indução de experiências de TBC. A consolidação de modos de organização da comunidade (cooperativas, associações, núcleos e comitês comunitários) a fim de se estabelecer maior clareza entre os papéis desempenhados pelos atores sociais como o poder público, ONG's, Universidades e intermediários comerciais (agências e operadores de viagem) é o fator mais importante nesta perspectiva (MIELKE, 2009). Entender o TBC a partir deste contexto é pressupor que o mesmo é uma modalidade de turismo que permite a participação da comunidade no processo de planejamento e gestão, de modo a promover experiências que consigam se inserir e se manter no mercado. Não se combate a racionalidade econômica dominante, mas propõem-se alternativas que minimizem seus impactos em comunidades periféricas.

Por outro lado, outra vertente percebe o TBC como uma estratégia que tem como objetivo tornar populações tradicionais protagonistas de seus modos de vida, logo, o TBC é uma alternativa real ao modo de vida materialista-consumista (CORIOLANO, 2009; BURSZTYN, 2012; LIMA, 2012; SAMPAIO et al. 2014). Nesta vertente, importa menos a definição de uma metodologia para desenvolver o TBC e mais a identificação das necessidades e o respeito à manutenção dos modos de vida. O foco não é o crescimento e a consolidação da atividade turística na comunidade, mas a maneira como o turismo pode melhorar as relações sociais, respeitando e preservando a dinâmica comunitária, desviando-a da lógica estritamente economicista.

Para Sampaio et al. (2014), o TBC se diferencia de outras modalidades de turismo por enfatizar aspectos como: (1) entender a atividade turística como subsistema interconectado a outros subsistemas como educação, saúde e meio ambiente – perspectiva sistêmica da ecossocioeconomia de Ignacy Sachs (2007); (2) incorporar valores éticos, ou seja, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, primordialmente a partir da participação, parcerias e corresponsabilidade; e (3) convivencialidade entre anfitriões e visitantes, no sentido de um arranjo socioprodutivo organizado em redes de encadeamento produtivo onde os visitantes devem contribuir para seu fomento e não serem meros expectadores. Se, por um lado, alguns autores defendem uma perspectiva do TBC que ultrapasse a abordagem economicista (SAMPALIO, 2007; CORIOLANO, 2009; LIMA, 2012; SAMPAIO et al. 2014;), por outro lado, há a disseminação de uma perspectiva mais comercial, no sentido de inserir e desenvolver o TBC para que este passe a ser mais uma opção ao turista (MIELKE, 2009; MIELKE; PEGAS, 2013;). Nessa mesma lógica, é importante ressaltar que o turismo de base comunitária não é entendido como um segmento de mercado, a ênfase é em compreendê-lo como uma metodologia para aumentar a renda de comunidades (MIELKE, 2009; MIELKE; PEGAS, 2013). Isso é possível quando se relaciona modelos de gestão que minimizem os impactos da concentração de capital, como cooperação e autogestão (MIELKE, 2009; MIELKE; PEGAS, 2013).

Importante atentar que, nesta pesquisa, o TBC é entendido como um fenômeno complexo que tramita em torno das duas abordagens apresentadas. Além do mais, defende-se que esforços de pesquisa sobre estas duas vertentes sejam realizados para que se possa avançar em relação a como estas vertentes divergem e convergem ao longo das diferentes fases que se acredita haver durante o ciclo de vida das experiências de turismo de base comunitária.

Desse modo, entende-se que as duas abordagens não acontecem de forma isolada, pois não é possível controlar as influências e princípios que direcionam as práticas de TBC, pois, aspectos como capital social, colaboração, integração e relações de poder são contingenciais, mas influenciam diretamente na participação da comunidade nos processos de engajamento no TBC. Assim, entende-se que, de um lado, o TBC emerge em uma vertente humanista, que vai de encontro à racionalidade econômica, consumista e materialista. Cabe ressaltar que a vertente mais humanista do TBC não desconsidera o mercado, mas é contra sua lógica hegemônica. Ao mesmo tempo, não se pretende que tal vertente seja hegemônica, mas que uma diversidade de economias seja possível, de modo que expresse modos de vida, produção e conhecimentos existentes. Entretanto, o que se expõe como vertentes do TBC não deve ser considerado de forma dicotômica, trata-se de maneiras distintas da compreensão acerca do fenômeno, portanto, não são isoladas e se influenciam entre si, por isso, é importante que sejam entendidas como um continuum, uma vez que uma posição não é estática, pode mudar com o desenvolvimento e consolidação da atividade turística de base comunitária.

As diferentes abordagens do TBC

A confusão acerca do conceito de turismo comunitário impulsionou estudos como o de Fabrino (2013). Ao analisar a disseminação do conceito de TBC por ONG's, acadêmicos, e redes de turismo comunitário no Brasil, a autora identificou seis princípios basilares relacionados à conceitualização do mesmo, a saber: (1) Dominialidade – participação da comunidade na organização, controle, propriedade e gestão da atividade turística; (2) Interculturalidade – preocupação com as trocas entre visitantes e anfitriões; (3) Organização social – no âmbito interno, preocupa-se com a gestão comunitária e no âmbito externo com a articulação em rede; (4) Repartição de benefícios – distribuição de renda e investimentos de modo incluyente; (5) Integração econômica – refere-se à integração do turismo às atividades econômicas tradicionais, no sentido de não ser a atividade econômica central; e (6) Gestão dos bens comuns – instituições internas e articulações externas para gestão e usufruto do bem comum.

Importante ressaltar que, ao analisar três destinos turísticos de base comunitária no estado do Ceará, região Nordeste do Brasil, dos seis elementos-chave identificados no estudo, apenas dois (dominialidade e organização social) estavam contemplados nestas realidades. Os outros quatro elementos tratavam de possibilidades e intenções desejáveis à prática do TBC, porém não foram identificados concretamente nos casos analisados (FABRINO, 2013).

Lima (2012) também reforça a fragilidade conceitual do TBC oriunda da difusão de ideias relacionadas a um contexto rico de possibilidades para a atividade turística. Por esse motivo, o autor defende a importância de abrir mão do enquadramento do TBC em um conceito definido e estabelecido de forma exógena. Desse modo, se por um lado abre-se mão do recorte conceitual, por outro tem-se a identificação de princípios que norteiem as práticas e os estudos sobre turismo de base comunitária. Assim, ao se caracterizar o TBC por meio de princípios, diminui-se o risco de negligenciar o universo de experiências e peculiaridades comuns a esse fenômeno (LIMA, 2012). O que se quer dizer é que, ao considerar os múltiplos olhares acerca do TBC, uma alternativa possível é a identificação de princípios:

Esses princípios pertencem a um universo teórico e conceitual amplo que abrange questões como, por exemplo, o vínculo do homem com seu território e com o estrangeiro, o sentido de pertencimento dele às propostas de desenvolvimento social, a capacidade dos membros de comunidades participarem de processos de tomada de decisão por meio de seu empoderamento político, a necessidade vital do exercício do diálogo para o estabelecimento de relações humanas e questões que dizem respeito à liberdade de agir e de pensar do homem (LIMA, 2012, p. 06).

Para compreender de forma mais ampla o universo teórico e conceitual do TBC, mencionado por Lima (2012), publicações nacionais e internacionais sobre o tema foram analisadas. De modo geral, a análise possibilitou agrupar os estudos em três abordagens distintas: (1) **frameworks do TBC** – proposições de modelos teóricos para análise de casos de turismo comunitário; (2) **abordagem descritiva** – estudos que enfatizam a descrição dos casos e, ao promover um diagnóstico, prescrevem soluções e desafios às experiências de TBC; e (3) **abordagem crítica do TBC** – estudos que expõem a lógica funcionalista como incompatível aos princípios característicos do TBC, como empoderamento e participação. Nesse conjunto de estudiosos há também pesquisadores que propõem que o TBC deva ir além de uma lógica puramente economicista.

A análise destes estudos reitera a fragilidade conceitual do turismo de base comunitária apontada por Lima (2012), pois observa-se que a maior parte dos estudos descrevem experiências de TBC utilizando critérios aleatórios, não contemplando discussões acerca dos seus aspectos conceituais. O estudo de caso é a estratégia de pesquisa mais utilizada nos estudos analisados, o que explica a natureza descritiva das publicações. Chama atenção também o fato da maioria dos casos serem de países da África (VICTURINE, 2000; SEBELE, 2010; MANYARA; JONES, 2007.) e América Latina (MITCHELL; REID, 2001; SAMPAIO et al. 2007; RUIZ et al. 2008; MACEDO et al. 2011; NIETSCH, 2011; TREJOS; CHIAN, 2009; ZAPATA, et al. 2011; BEZERRA, 2012; GUZZATI et al., 2013;), o que corrobora a suposição do TBC ser considerado uma estratégia de desenvolvimento local disseminada como alternativa para comunidades fortalecerem suas identidades e territórios, ao permitir a preservação de valores, normas e comportamentos culturais (MALDONADO, 2009). Além do mais, a necessidade de superar situações de pobreza crônica em muitas comunidades de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento; a importância do papel das pequenas e médias empresas na impulsão da dimensão econômica de comunidades locais; e as estratégias políticas de movimentos indígenas e rurais, são elencados como os principais fatores impulsionadores do TBC nos países africanos e da América Latina (MALDONADO, 2009).

Os frameworks do TBC

Em relação ao conjunto de estudos agrupados como *frameworks* do TBC, percebe-se proposições de modelos focados em apenas uma dimensão de análise, bem como estudos que contemplam múltiplos elementos teóricos. Por exemplo, Jamal e Getz (1995) propõem um modelo de análise que enfatiza a colaboração entre os atores sociais presentes em experiências de TBC, para isso revisam o conceito de colaboração e propõem um modelo teórico fundamentado na preocupação em investigar o constructo colaboração isoladamente. Do mesmo modo, Reed (1997) foca a proposição de um modelo de análise das relações de poder pressupostas nas experiências de turismo comunitário. Ambas as pesquisas isolam um constructo teórico e o articulam como elemento central de um *framework* para análise.

Contudo, Okazaki (2008), propõe um modelo para avaliação da participação no turismo comunitário pautado em quatro constructos teóricos, a saber: escada da participação cidadã, distribuição de poder, criação de capital social e processos participativos. A proposição da autora toma como base uma perspectiva mais integrada de análise, pois considera que a participação pode ser observada a partir de diferentes elementos conceituais. Isso significa que a pesquisa de Okazaki (2008) demonstra como a integração de constructos teóricos distintos amplia as possibilidades de análise dos *frameworks* orientados para o TBC.

Além disso, a autora conclui que fatores contingenciais inerentes a cada experiência de TBC impossibilitam a padronização organizacional para desenvolvimento desse modo de organização do turismo, ou seja, para ela, o contexto é imprescindível para a análise da

participação da comunidade no TBC. O que também é reforçado por autores como Fabrino (2013) e Lima (2012) em suas pesquisas.

Cabe ressaltar que o debate que funciona como pano de fundo destes estudos evidencia a participação como elemento fundamental das experiências de TBC, pois a mesma permite à comunidade atuar como agente prioritário no planejamento da atividade turística (CORIOLANO, 2009; FARIA, 2009). Sob a suposição de que o turismo viabiliza a inserção da comunidade na dinâmica da atividade turística comunitária, a maior parte dos *frameworks* propostos apresentam elementos teóricos como colaboração, integração, distribuição de poder, capital social e organização comunitária (JAMAL; GETZ, 1995; REED, 1997; MITCHELL; REID 2001; OKAZAKI, 2008; RUIZ et al., 2008; FABRINO, 2013). Há um esforço significativo destes estudos destinado ao avanço da análise da participação da comunidade, desse modo, conclui-se que o entendimento do que vem a ser TBC decorre do princípio da participação, especialmente no que diz respeito à inserção de atores sociais comunitários no planejamento e na organização do turismo, inserção esta que só é possível por meio da construção de espaços de interlocução e diálogo entre estes atores.

Isso também é percebido no estudo de Ruiz et al. (2008) que defende os espaços de participação e a distribuição dos benefícios gerados pelo TBC como mecanismos de controle efetivo dos grupos locais sobre a atividade turística de base comunitária. Tais mecanismos geram um efeito de empoderamento sobre os recursos e o território, por isso é considerado importante sistematizar a análise da participação da comunidade (RUIZ et al. 2008). Para tais autores, estes espaços de participação têm um papel central na consolidação dos destinos de base comunitária, pois fortalecem o pensamento coletivo em detrimento do pensamento individual. Ao assumirem essa premissa e analisarem experiências de turismo comunitário por meio de uma abordagem etnográfica, os indicadores propostos pelos autores são: (1) organização comunitária; (2) papel das lideranças; (3) formas e canais de intervenção externa; (4) apropriação do meio ambiente e da cultura local; e (5) influência do mercado externo na comunidade (RUIZ et al. 2008).

A principal implicação da análise dos estudos agrupados como *frameworks* do TBC é a identificação de dois princípios do TBC, **participação** e **protagonismo comunitário**. Tendo em vista as discussões presentes nas publicações consultadas, considera-se que o entendimento do TBC enquanto modo de organização da atividade turística pressupõe estes dois elementos.

No entanto, entendeu-se que o princípio da participação se encontra relacionado à aspectos contingenciais, como reforçado por Okazaki (2008). Nesse sentido, seguindo o raciocínio da autora, o contexto no qual a comunidade encontra-se inserida interfere na relação destes aspectos e, conseqüentemente, nos ganhos que a participação pode gerar. Desse modo, embora a participação seja um princípio evidente nas discussões sobre TBC, deve-se ter em mente que ela depende da interação entre aspectos da comunidade, como capital social, colaboração, relações de poder, integração etc. Logo, a participação é entendida como um princípio do TBC que representa o meio que permite a comunidade se apropriar da atividade turística de base comunitária e seus ganhos.

No tocante ao protagonismo comunitário, foi entendido como o fim, o que se espera da atividade turística de base comunitária. Dessa maneira, se o TBC impulsiona a permanência e a valorização de comunidades em seus territórios, o protagonismo comunitário é o resultado de como a participação possibilita condicionar alguns aspectos mencionados por Lima (2012), a saber: sentimento de pertencimento, engajamento nas atividades produtivas, preservação do território e apropriação do processo de tomada de decisões. Nesse sentido, tanto o protagonismo comunitário como a participação não são estáticos, são resultados da combinação de recursos e eventos aos quais uma comunidade é submetida, por isso são suscetíveis à mudanças durante fases distintas do ciclo de vida de uma experiência de TBC.

Importante destacar que estes princípios são propositivos, resultados da análise das publicações estudadas. Portanto, entendeu-se que é em função de estabelecer um protagonismo com ênfase na comunidade e não apenas em agentes externos, que o TBC é entendido como uma estratégia. Nesse sentido, entende-se que a participação é o meio no qual, a partir da atividade turística de base comunitária, é possível seguir em direção ao protagonismo comunitário, e é nesse aspecto que o TBC se diferencia do turismo convencional.

A abordagem descritiva do TBC

Os estudos sobre TBC, agrupados no que se denominou abordagem descritiva, contribuíram para o entendimento de fatores críticos ao sucesso e os benefícios das experiências de TBC em países periféricos, visto que enumerar tais fatores são as preocupações centrais destes estudos. Nesse caso, percebeu-se ausência de articulação teórica para análise e maior ênfase na descrição dos casos. Aspectos prescritivos foram identificados tendo em vista recomendações dos autores acerca de critérios a serem considerados na implementação e gestão de experiências de TBC, logo, a contribuição destes estudos é reconhecida no tocante ao esforço da enumeração dos aspectos condicionantes e limitantes do turismo comunitário.

Em nível nacional, autores como Bursztyn (2012) e Mielke e Pegas (2013) relatam em seus estudos que: (1) acesso ao mercado; (2) governança interna; (3) gestão de parcerias estratégicas de interesse; (4) qualificação de empreendedores locais; (5) gestão dos negócios comunitários; e (6) implantação de processos de monitoramento do turismo, são as principais causas de insucesso do TBC. Ainda que a identificação destes desafios não seja o objetivo central dos referidos autores, os mesmos a fazem para delinear um cenário que desencadeia questões importantes acerca da necessidade de metodologias para viabilizar e consolidar projetos de TBC (MIELKE; PEGAS, 2013), assim como o desenvolvimento de soluções para comercialização destes destinos, de modo que estas estejam articuladas com o desenvolvimento sustentável (BURSZTYN, 2012).

Alguns estudos internacionais (MANYARA; JONES, 2007; KIBICHO, 2008; GOODWIN; SANTILLI, 2009) demonstraram que aspectos relacionados à liderança; relação entre *stakeholders*-governança; eficácia; viabilidade comercial; falta de transparência; e falta de habilidades e conhecimentos, também são considerados fatores críticos ao sucesso do TBC. Ao mesmo tempo, alguns estudos relacionam a geração de trabalho e renda, preservação ambiental e dinamicidade econômica (SEBELE, 2010; LÓPEZ-GÚZMAN et al. 2011) como os principais benefícios do turismo comunitário.

Nesse sentido, ao analisar a natureza dos fatores críticos ao sucesso do TBC supracitados, percebe-se que são: (1) fatores referentes à comercialização dos destinos turísticos de TBC – qualificação de empreendedores locais (BURSZTYN, 2012), e viabilidade comercial (MANYARA; JONES, 2007; GOODWIN; SANTILLI, 2009); (2) aspectos relacionados à governança, como: a inclusão de *stakeholders* e parcerias estratégicas (MANYARA; JONES, 2007; KIBICHO, 2008; MIELKE; PEGAS, 2013), legitimidade do líder (MANYARA; JONES, 2007; KIBICHO, 2008) e falta de transparência dos processos (MANYARA; JONES, 2007); e (3) aspectos relacionados à eficácia destes destinos, tais como: gestão dos negócios comunitários (BURSZTYN, 2012), metas e objetivos estabelecidos (KIBICHO, 2008), implementação das decisões tomadas (KIBICHO, 2008) sensibilização inadequada na fase inicial (MANYARA; JONES, 2007) e monitoramento do TBC (MIELKE; PEGAS, 2013).

Importante ressaltar que, embora a pesquisa de Bursztyn (2012) esteja contemplada na perspectiva referente à abordagem descritiva do TBC, tal pesquisa também apresenta aspectos relacionados à perspectiva crítica, uma vez que o autor se posiciona contra a “adesão das populações locais à lógica hegemônica do mercado globalizado do turismo convencional e à espetacularização mercantilizada das culturas nativas” (BURSZTYN, 2012, p. 212).

A abordagem crítica do TBC

Por fim, a abordagem crítica reúne um grupo de autores que questionam, primeiramente, as relações de dependência inerentes ao TBC. Para Manyara e Jones (2007) e Blackstock (2005), as discussões sobre o tema apresentam uma abordagem funcionalista do turismo comunitário e tendem a se referir à comunidade como grupo homogêneo, pois negligenciam restrições estruturais para o controle da atividade turística no local. Ao considerarem tal contexto, os autores entendem o TBC como uma retórica, dirigida a imperativos neoliberais, ou seja, o TBC estaria relacionado a um segmento de mercado, contrariando e inviabilizando princípios que são discutidos na literatura, como empoderamento, participação e justiça social.

Mesmo se o consenso local for alcançado, poucas comunidades conseguem, com sucesso, defender o seu posicionamento com os *stakeholders* locais, nacionais e globais que objetivam maximizar os lucros (BLACKSTOCK, 2005). Diante disso, Blackstock (2005) entende ser necessário repensar as estruturas sociais existentes e mais influentes, além de reconhecer as barreiras ao processo de tomada de decisão comunitária. Isso quer dizer que compreender a relação entre a participação dos residentes e as estruturas de poder locais é um aspecto fundamental do desenvolvimento da localidade, rompendo limites em direção à democracia local (BLACKSTOCK, 2005).

Desse modo, o argumento central da perspectiva crítica, tomando como base os estudos supracitados, enfatiza que, para entender o TBC como um modelo contra-hegemônico do turismo convencional, é necessário se despir de abordagens essencialmente funcionalistas (BLACKSTOCK, 2005; MANYARA; JONES, 2007).

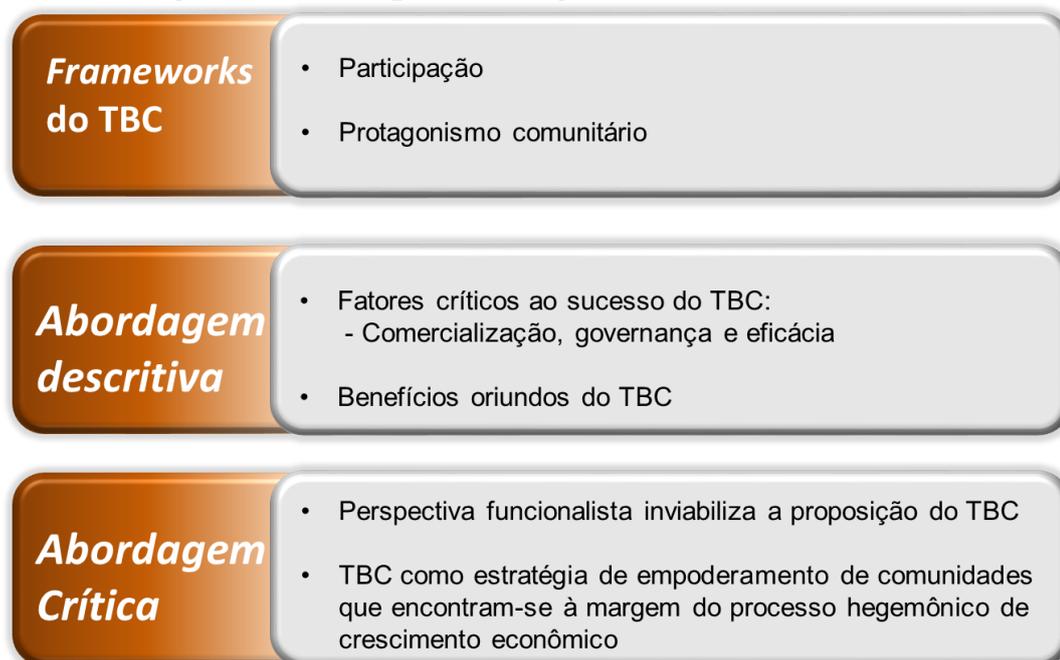
Outro ponto de vista é lançado sobre a perspectiva crítica do TBC quando analisadas algumas publicações nacionais. Autores como Sampaio et al. (2007), Coriolano (2009), Lima (2012), Burzstyn (2012) e Sampaio et al. (2014), pensam o TBC a partir de uma racionalidade que vai além da lógica mercantilista. Para tanto, princípios como convivencialidade, desenvolvimento em escala humana, inovação social, ideal comunitário, entre outros, compõem o cenário que as experiências de TBC devem proporcionar e preservar. Dessa maneira, não se trata de um embate ao modelo convencional de turismo, posicionando-se como um modelo contra-hegemônico, mas de um modo de organização da atividade turística que pode servir como um meio para preservar comunidades tradicionais.

Neste contexto, encontram-se também os Arranjos Socioprodutivos Locais de Base Comunitária (APL.Com), que apresentam um enfoque ecodesenvolvimentista, ou seja, o TBC é entendido como um micro empreendimento compartilhado cujo objetivo principal é a superação da competitividade utilitarista econômica e o foco se dá em ações que consolidem uma rede horizontal de cooperação (ARAUJO, 2004; SAMPAIO et al. 2007; CORIOLANO 2009). As relações e discussões a respeito desta abordagem serão apresentadas posteriormente.

Em resumo, a abordagem crítica analisa fatores que inviabilizam as experiências de TBC para além da enumeração destes. Os estudos internacionais, liderados principalmente pela perspectiva de Blackstock (2005), assumem que a indução de experiência de TBC não funciona, principalmente, porque a compreensão dos conflitos comunitários internos é ignorada, já que o modelo *top down* de desenvolvimento destas experiências gera dependência de recursos, assim como a cultura política imbricada no contexto social impede o desenvolvimento de um pensamento coletivo. Ademais, outra forma inserida no contexto da abordagem crítica refere-se a estudos que consideram estes desafios na realidade das experiências de TBC; contudo, defendem que é preciso pensá-lo a partir de outra lógica, na qual arranjos socioprodutivos de base comunitária são os mecanismos capazes de permitir a existência de experiências de TBC exitosas.

Ao discorrer sobre as impressões e observações dos estudos do TBC analisados nesta pesquisa, elaborou-se a figura 01. Sua construção buscou sintetizar os principais resultados oriundos do agrupamento dos estudos do TBC em três abordagens distintas.

Figura 01 – Principais abordagens dos estudos sobre TBC



Fonte: Elaboração própria, 2017.

Nesse sentido, os *frameworks* do TBC analisados neste estudo revelaram a participação como elemento central. Ao mesmo tempo, o protagonismo comunitário foi entendido como o resultado esperado pelas iniciativas de turismo comunitário, a partir principalmente do empoderamento da comunidade, alcançada por meio da participação o que implicou entender a participação e protagonismo comunitário como princípios do TBC, necessários à sua compreensão como um modo de organização da atividade turística.

Em relação à abordagem descritiva, foi possível identificar trabalhos de autores que comentam e diagnosticam os principais desafios e benefícios do turismo de base comunitária. Dentre eles, percebeu-se que aspectos relacionados à governança, comercialização e eficácia são os mais comentados nos estudos analisados, e os benefícios oriundos do TBC ainda são enfatizados com base nos ganhos econômicos. Por fim, a abordagem crítica revelou duas direções distintas, conforme já discutido.

Importante ressaltar que os elementos identificados na figura foram enumerados de forma sistemática, com vista a facilitar a compreensão acerca dos mesmos. No entanto, aponta-se para o fato destes fatores serem contingenciais e, por isso, fazerem parte de um processo dinâmico que depende do contexto no qual está inserido, ou seja, não são prescritivos, é a combinação e interação destes recursos em momentos distintos que interfere na consolidação e sucesso de experiências turísticas de base comunitária.

Uma vez compreendidos os princípios e os aspectos que norteiam as discussões e os estudos sobre o TBC, percebeu-se a existência de vertentes conceituais que implicam na forma como são implementadas as ações em prol do desenvolvimento de experiências de turismo de base comunitária. Essa compreensão torna-se relevante ao passo que investimentos em políticas de indução do TBC estão sendo pensadas por instituições nacionais e internacionais.

Considerações Finais

O turismo de base comunitária enquanto estratégia de desenvolvimento de comunidades locais protagoniza os discursos institucionais de organismos como a Organização Mundial do Turismo e o Ministério do Turismo, no âmbito nacional. A ideia de que o TBC deve ser considerado uma alternativa capaz de promover a redução da pobreza, valorização de territórios e empoderamento comunitário por meio da participação da comunidade local configura um aspecto central do que se entende como uma perspectiva mais social do turismo. Esse cenário evidencia e põe o TBC como um grande aliado de instituições que investem recursos para o desenvolvimento e consolidação de projetos e experiências de TBC. No entanto, é necessário um olhar atento aos princípios e necessidade que o turismo de base comunitária requer. Por exemplo, pensar em protagonismo comunitário é oferecer às comunidades condições de avaliarem e optarem pelo modo como irão desenvolver o turismo em seus territórios. Essa perspectiva está alinhada ao processo de empoderamento comunitário que as discussões sobre TBC evidenciam.

Nesse sentido, entende-se que é preciso ir além de abordagens notoriamente descritivas e prescritivas para seguir em direção ao que está sendo proposto enquanto modo alternativo de organização da atividade turística. No Brasil experiências importantes de turismo de base comunitária vêm se consolidando por meio de práticas que permitem a esses grupos envolvidos na atividade turística de base comunitária alcançar autonomia enquanto indivíduos e enquanto comunidades. Assim, ao se perceberem como sujeitos de seus territórios tais grupos conseguem promover transformações desejadas, seja por meio do turismo ou de qualquer outra atividade que represente a realidade da comunidade em questão.

Por fim, o presente estudo, ao apresentar três abordagens distintas sobre o TBC provoca uma reflexão que permite olhar para o TBC para além de uma metodologia. Ao entender que o turismo é meio, o objetivo principal deve ser a autonomia e capacidade das comunidades que devem ser induzidas por meio de tecnologias sociais condizentes com suas realidades. Logo, ao considerar o olhar da abordagem crítica do TBC é possível compreender que a relação entre a participação dos residentes e as estruturas de poder local é um aspecto fundamental do desenvolvimento da comunidade, além de evidenciar as barreiras em direção ao protagonismo comunitário.

Referências

ARAÚJO, G. et al. Do Turismo de massa ao turismo educativo em zonas costeiras. In: VIII **Encontro Nacional de Turismo de Base Local**. Curitiba, 2004.

BEZERRA, N. P. Ecoturismo de base comunitária na Amazônia: uma análise comparativa. **Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica**. v. 7, nº1, p. 1-16, 2012.

BLACKSTOCK, K. A critical look at community based tourism. **Community Development Journal**. v. 40, n. 1, p. 39-49, 2005.

BURSZTYN, I. **Desatando um nó na rede: sobre um projeto de facilitação do comércio direto do turismo de base comunitária na Amazônia**. Tese de doutorado, Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ, 2012.

CORIOLOANO, L. N. (org.) **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudanças**. Fortaleza: EDUECE, 2009.

FABRINO, N. H. **Turismo de Base Comunitária: Dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos**. Dissertação de mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, 2013.

FARIA, I. F. Ecoturismo, cultura e participação: gestão do território indígena no alto Rio Negro. In: BARTHOLO, R. S.; SANZOLO, D. G. & BURSZTYN, I. (orgs.). **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra&Imagem, 2009.

GOODWIN, H. SANTILLI, R. **Community-Based Tourism: a success?** ICRT Occasional Paper 11. 2009, p. 1 - 37. Disponível em: <http://www.icrtourism.org/documents/OP11merged.pdf>

GUZZATI et al. Turismo de base comunitária em territórios rurais: caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.1, p.93-106, 2013.

JAMAL, T. B.; GETZ, D. Collaboration theory and community tourism planning. **Annals of tourism research**. v. 22, n. 1, p. 186-204, 1995

KIBICHO, W. 2008. Community-based tourism: A factor-cluster segmentation approach. **Journal of Sustainable Tourism**. v. 16, n. 2, p. 211-231, 2008.

LIMA, R. P. **Turismo de base comunitária como inovação social**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em engenharia da produção. UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

LÓPEZ-GUZMÁN, T. et al. Community-based tourism in developing countries: A case study. **Tourismos: an international multidisciplinary journal of tourism**. v. 6, n. 1, p. 68-84, 2011.

MACEDO, R. F. et al. Ecoturismo de base comunitária: uma realidade ou uma utopia **Pasos – Revista de turismo y patrimonio cultural**, v. 09, n. 02, 2011.

MALDONADO, C. O turismo comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MANYARA, G. JONES, E. Community-based tourism enterprises development in Kenya: An exploration of their potential as avenues of poverty reduction. **Journal of Sustainable Tourism**. v. 15, n.6, p. 628-644, 2007.

MIELKE, E. J. C. **Desenvolvimento turístico de base comunitária**. Campinas: Ed. Alínea, 2009.

MIELKE, E. J. C. PEGAS, F. V. Turismo de Base Comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão. **Turismo em Análise**. v. 24, n. 1, p. 170-189, Abr. 2013.

MITCHELL, R. E; REID, D. G. Community integration: Island tourism in Peru. **Annals of tourism research**. v. 28, n.1, p. 113-139, 2001.

- NIETSCH, L. Compreendendo a Comunidade de Guajuvira, em Araucária, Paraná (PR), Brasil e sua interação com o turismo, sob uma perspectiva cultural. **Turismo e Sociedade**, v. 04, n. 02, 2011.
- OKAZAKI, E. A Community-Based Tourism Model: Its Conception and Use. **Journal of Sustainable Tourism**. v.16, n.5, p. 511-529, 2008.
- PANOSSO NETO, A. **Filosofia do turismo: teoria e epistemologia**. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2011.
- REED, M. G. Power relations and community-based tourism planning. **Annals of Tourism Research**, v. 24, n. 3, p. 566-591, 1997.
- RUIZ et al. Turismo comunitario en Ecuador. Comprendiendo el community-based tourism desde la comunidad. **Revista Pasos**. v. 6, n. 3, 2008, p. 399-418.
- SAMPAIO et al. Turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarrriquenha. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. V.8 n. 1, p. 42-58, 2014.
- SAMPAIO, C. A. C. et al. Turismo comunitário: projeto piloto Montanha Beija-flor Dourado (Micro-bacia do rio Sagrado, Morretes, Paraná). **Turismo - Visão e Ação**. v. 9, n.2, p. 249-266, 2007.
- SEBELE, L. S. Community-based tourism ventures, benefits and challenges: Khama rhino sanctuary trust, central district, Botswana. **Tourism Management**. V.31, n. 1, p. 136-146, 2010.
- TREJOS, B.; CHIAN, L.H.N. Local economic linkages to community-based tourism in rural Costa Rica. **Singapore Journal of Tropical**. v. 30, n. 3, p. 373-387, 2009.
- UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. **Monitoramento dos Projetos de Turismo Base Comunitária**. Relatório Final, Julho, 2011.
- VICTURINE. Building tourism excellence at the community level: Capacity building for community-based entrepreneurs in Uganda. **Journal of Travel Research**. V. 38, Fev. 2000, p. 221-229.
- ZAPATA, M. J. et al. 2011. Can community-based tourism contribute to development and poverty alleviation? Lessons from Nicaragua. **Current Issues Tourism**. v. 14, N. 8, p. 725–749, 2011.